

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.362.951 - MG (2018/0236894-9)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : ECISA ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA**  
**ADVOGADOS : RICARDO GONÇALVES DE SOUSA LIMA - MG156382**  
**GUSTAVO PINHEIRO GUIMARÃES PADILHA E OUTRO(S) - RJ061698N**  
**AGRAVADO : TOSCANA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME**  
**ADVOGADO : GUILHERME MAXIMO LIMA - MG102350**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por ECISA ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA., em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 491-500, e-STJ).

O apelo nobre, de sua vez, fundamentado na alínea “a” do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (fls. 371-380, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE DESPEJO – HIPÓTESE ELENCADE NO ART. 59, §1º, IX DA LEI Nº 8.245/91 – AUSENTES OS REQUISITOS AUTORIZADORES.

- Para o deferimento da liminar de despejo, com base no artigo 59, § 1º, IX, da Lei nº 8.245/91, é imprescindível a comprovação de três requisitos básicos, quais sejam, a falta de pagamento de aluguel e acessórios da locação no vencimento; estar o contrato desprovido de qualquer das garantias previstas no artigo 37 do mesmo diploma legal, por não ter sido contratada ou em caso de extinção ou pedido de exoneração dela, independentemente de motivo; e, por fim, o oferecimento de caução no valor correspondente a 03 (três) meses de aluguel.

- Ausentes os pressupostos legais, ceda a reforma do decisum objurgado.

Opostos embargos de declaração (fls. 382-386, e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 425-432, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 435-442, e-STJ), a recorrente aponta violação aos artigos 489 do CPC/2015; 62, V, da Lei 8.245/91.

Sustenta, em síntese, que: a) o acórdão recorrido possui fundamentação genérica; e b) os valores que ensejaram a presente ação de despejo foram posteriormente quitados.

Contrarrazões às fls. 478-481, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 485-486, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob os fundamentos de que: a) o acórdão recorrido apreciou todos os fundamentos necessários ao julgamento da lide; b) incidiria ao caso o enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

Irresignada, aduz a agravante, em suma, que o reclamo merece trânsito, uma vez que: a) o Tribunal *a quo*, ao apreciar os embargos declaratórios apresentados pela ora recorrente, não sanou todas as omissões então suscitadas; e b) o exame da pretensão não demanda reanálise de matéria de fato.

É o relatório.

Decido.

Não mais subsiste razão para o processamento do presente agravo, uma vez que manifesta a superveniente perda de seu objeto.

1. A partir de pesquisa realizada no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, verifica-se que no dia 11 de fevereiro de 2019 foi proferida sentença de mérito no bojo do processo nº 5136638-84.2016.8.13.0024, no qual fora proferida a decisão interlocutória que deu origem ao presente apelo nobre.

Nesse sentido, resta prejudicado o presente recurso, ante patente a perda superveniente de seu objeto. Precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. AÇÃO ORDINÁRIA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. JULGAMENTO DEFINITIVO DA CAUSA. PERDA DO OBJETO.

**1. Fica prejudicado, ante a perda de objeto, o exame de recurso especial interposto nos autos de ação ordinária, contra acórdão proferido em agravo de instrumento de decisão liminar ou de antecipação de tutela, na hipótese de já ter sido prolatada sentença.**

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1222174/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 05/05/2011, DJe 12/05/2011)

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - PROLAÇÃO DE SENTENÇA - PERDA DE OBJETO.

1. Sentenciado o feito, perde o objeto, (restando) porque prejudicado, o recurso especial interposto de acórdão que examinou agravo de instrumento de decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela.

**2. A sentença de mérito que confirma o provimento antecipatório absorve seus efeitos, por se tratar de decisão proferida em cognição exauriente; se de improcedência a sentença, resta cassado o provimento liminar.**

3. Precedentes do STJ.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 655.475/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/11/2004, DJ 21/02/2005, p. 160)

2. Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XI, do RISTJ, julgo prejudicado o presente agravo, ante a perda superveniente de seu objeto.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator